AS FRAUDES NAS LICITAÇÕES À LUZ DO DIREITO ADMINISTRATIVO E DOS PRINCÍPIOS DA LEI DE LICITAÇÕES.

Samuel Henrique de Oliveira¹

Resumo: Este artigo se propõe a discutir sobre as fraudes em licitações, no âmbito do Direito Administrativo e da Lei das Licitações, as implicações que as mesmas trazem nos processos licitatórios, tratando sobre as principais questões relevantes ao assunto. Realizar uma análise do processo licitatório no que se refere às fraudes e irregularidades, o que prevê o Direito Administrativo e também a Lei das Licitações principalmente no que se refere às licitações e práticas ilegais no procedimento licitatório. Visa analisar também o que estabelecem os principais princípios que orientam os atos administrativos, com destaque para o princípio da supremacia do interesse público em relação ao privado, demonstrando que, na atual ordem constitucional, o que se apresenta com status de supremacia e importa na atuação direta, indireta e concreta do Administrador público é a efetivação dos direitos e garantias fundamentais.

Palavras-chave: Fraudes. Licitações. Princípios. Interesse público. Direito

Introdução

O presente artigo irá tratar das fraudes nas licitações, os principais aspectos do processo que envolve as licitações. Irá tratar também dos princípios administrativos e licitatórios que orientam as ações do administrador. O interesse público também será objeto deste artigo devido a sua relevância na hora de licitar. Ademais tratará dos principais pontos relacionados ao tema, e o que diz a legislação sobre o assunto.

Pode-se conceituar licitação objetivamente como um conjunto de procedimentos administrativos que visam comprar materiais ou contratar serviços pela administração pública, seja ela em âmbito municipal, estadual ou federal. Esses procedimentos seguem regras estabelecidas em lei, sendo assim a

licitação é um processo formal onde há competição entre os participantes e visa garantir um resultado mais vantajoso para a sociedade.

As licitações têm papel fundamental na atividade administrativa, já que as contratações públicas, inicialmente, encontram-se vinculadas à obrigação de licitar, na compra de bens, materiais e produtos, bem como na contratação de serviços. Conforme a lei, mesmo com as hipóteses taxativas de exceção, em que a licitação pode ser dispensável ou inexigível, o órgão público deve motivar a não licitação, ficando claro assim o caráter obrigatório dos processos licitatórios.

O objetivo principal da licitação é a busca pela proposta que traga mais vantagem seja mais adequada para a situação, mas, além de melhor proposta existe também a questão do interesse coletivo, o qual deverá prevalecer sempre.

Objetivando regular os procedimentos licitatórios, foi criada a Lei n.º 8.666/93, que traz em seu art. 3º os princípios básicos que visam orientar e regular os atos da administração no processo de licitação e escolha das propostas. A inobservância, ou a violação desses princípios constitui crime, conforme estabelece a referida lei, ocorrendo assim as fraudes. Carvalho (2014, p. 18), cita como fraude, “o fracionamento de licitações de aditamentos irregulares”.

Quando se abre uma licitação, as modalidades de licitação são escolhidas em função do objeto, seja produto ou serviço, e do valor envolvido. Teoricamente quanto maior o valor, maior a complexidade do processo e necessidade de transparência, sobretudo devido aos valores em questão.

Atualmente é possível notar que a licitação tornou-se um dos principais meios para se cometer fraudes no âmbito público, sendo perfeitamente possível manipular qualquer processo licitatório, mediante requisitos de participação, características do produto, ou critérios de julgamento injustificados. Não é porque os procedimentos foram seguidos que o resultado não possa ser questionado. A licitação tem se tornado uma maneira de acobertar as fraudes e aqueles que se beneficiam do dinheiro público.

Os atos administrativos são exercidos dentro de um conjunto de normas e princípios estabelecidos pela lei, no Direito administrativo, que concede privilégios e prerrogativas, mas também impõe limites e restrições à administração. Estes serão os principais tópicos abordados neste trabalho.

1. Pressupostos e considerações acerca das fraudes licitatórias

No que se refere às fraudes nas licitações há de se fazer algumas considerações acerca do assunto, uma breve introdução sobre as licitações para se falar propriamente em fraudes.

1.1 Conceito de Licitação

Pode-se conceituar licitação de modo mais objetivo como um conjunto de procedimentos administrativos que visando comprar produtos e materiais ou contratar serviços por parte da administração pública, seja ela em âmbito federal, estadual ou municipal. Esses procedimentos seguem regras estabelecidas em lei, sendo assim a licitação é um processo formal onde há a competição entre os participantes e visa garantir a proposta mais vantajosa. Há uma necessidade pública relevante e por isso inicia-se o planejamento do que e como contratar ou comprar, caracterizando a fase interna do processo. A fase externa inicia-se com a publicação da licitação, ou seja, chegou ao conhecimento público, terminando com o objetivo central, o contrato. Na fase do contrato cabe à contratada executar e à administração fiscalizar essa execução.

As licitações têm papel fundamental quando se fala de utilidade pública e bem comum, já que as contratações públicas, inicialmente, encontram-se atreladas à obrigação de licitar, como diz o art. 37, XXI Constituição Federal:

Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (BRASIL, 1988)

Como afirma Meirelles (2014, p. 297), “Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse”. Mas além da proposta mais benéfica, existe também a questão da supremacia do interesse coletivo, que é o objetivo principal.

1.2 As fraudes no processo de licitação

Como dito anteriormente, a administração do setor público é exercida dentro de um conjunto de normas e princípios, estabelecidos legalmente, que impõem limites e restrições às suas ações. A administração ainda conta com presunção de veracidade e legitimidade de seus atos, por isso dispõe de poderes para, unilateralmente, em estrito cumprimento da lei, celebrar contratos com particulares, estabelecendo obrigações para com ela, podendo também, alterar obrigações constituídas por acordo de vontades.

No processo para licitar, as modalidades de licitação são escolhidas em função do objeto, seja produto ou serviço, e do valor envolvido. Teoricamente, quanto maior o valor, maior a complexidade do processo e necessidade de transparência, sobretudo em virtude dos valores em questão. Mesmo com as hipóteses taxativas de exceção, em que a licitação pode ser dispensada ou inexigível, a administração pública deve sempre motivar a não licitação, deixando claro assim o caráter obrigatório dos processos licitatórios. O objetivo principal da Administração no que tange as licitações é a melhor proposta que atenda ao interesse social, devendo sua atividade estar sempre voltada para a concretização desse objetivo. Qualquer ato praticado que vise interesse particular em detrimento do coletivo, será ilícito e imoral. O administrador não pode fugir, renunciar total ou parcialmente aos deveres impostos pela lei.

As fraudes nas licitações são frutos de interesses particulares que se sobrepõem aos princípios e ao interesse público, aproveitando-se de falhas nos processos licitatórios, na lei e na falta ou precariedade de fiscalização pelo órgão ou autoridade competente. Carvalho (2014, p. 18), cita como fraude, “o fracionamento de licitações e aditamento irregulares”. As modalidades mais comuns de fraudes lesivas ao patrimônio público são o superfaturamento e os contratos criados com empresas fantasmas, ou seja, inexistentes.

Visando regular os procedimentos licitatórios foi criada a Lei n.º 8.666/93, que traz explicitamente no seu art. 3º os princípios fundamentais das licitações:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em

estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Lei n.º 8.666/93, art.3º)

Atualmente é possível notar que a licitação tornou-se um meio de fraudar os contratos públicos, sendo perfeitamente possível manipular qualquer processo licitatório, mediante requisitos de participação, características do produto ou critérios de julgamento injustificados. Não é porque os procedimentos foram seguidos, que o resultado não possa ser questionado. A licitação tem se tornado uma maneira de acobertar as fraudes e aqueles que tentam se beneficiar do dinheiro público.

O procedimento licitatório é norteado por princípios gerais, sendo eles: Legalidade; Igualdade ou Isonomia; Publicidade; Impessoalidade; Moralidade; Probidade Administrativa; Vinculação ao Instrumento Convocatório; Adjudicação Compulsória. A inobservância, ou violação desses princípios constitui crime, conforme estabelece a referida lei, ocorrendo assim a fraude.

Uma solução possível para esse problema seria a designação de autoridade ou órgão fiscalizador que não pertença ou não tenha ligação com a Administração licitante, já que no Brasil a própria Administração fiscaliza seus atos. Dessa forma o fiscal não estaria vinculado a nenhuma das partes e poderia agir em benefício do interesse público e de forma legal.

2. Fraude nas licitações e a ofensa aos princípios do Direito Administrativo e das Licitações.

Falando sobre fraudes licitatórias, faz-se necessário breves considerações acerca dos principais princípios da Administração Pública e das Licitações, já que se referem em sua maioria à conduta do administrador e o controle ao qual seus atos estão vinculados, pois a proteção dos interesses da coletividade deve estar sempre norteando as atitudes de administração em geral, e do administrador, em particular.

2.1 Os Princípios da Administração Pública e das Licitações

Os atos administrativos e o processo de licitação são orientados por princípios gerais estabelecidos legalmente, o que faz necessária uma pequena abordagem observando o que diz os principais deles.

- **Princípio da Legalidade:** o administrador fica limitado a praticar seus atos dentro do que estabelece a lei. Meirelles (2014, p. 90) diz que:

A legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e as exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Desse modo, o administrador pode fazer o que a lei não proíbe, mas também só pode fazer o que diz a lei, sendo que o abuso leva à anulação da ação. Dessa forma, todo os atos que venha praticar a Administração, deverá ser disciplinado por uma norma.

- **Moralidade e a Probidade Administrativa:** tem a ver com atuação ética e moral. Está ligada ao conceito de bom administrador. Para Meirelles (2014, p. 91), “constitui hoje pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública”. Nas licitações, a conduta dos licitantes e dos agentes públicos tem de ser, além de lícita, compatível com a moral, a ética, os bons costumes e as regras da boa administração.
- **Princípio da Impessoalidade ou Finalidade:** estabelece que todas as atividades da administração deve objetivar os interesses coletivos. Os atos da administração são genéricos não podendo atender vontades pessoais, favorecer e beneficiar particulares em detrimento do interesse público. Proíbe ainda que tais atos possam servir de promoção particular do administrador ou servidor. O art. 37, §1º da Constituição Federal diz:

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (BRASIL, 1988)

Tratando-se de licitações esse princípio obriga a Administração a observar nas suas decisões os critérios e objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo na condução do processo licitatório.

- **Princípio da Publicidade:** como o próprio nome já diz, estabelece a obrigatoriedade da divulgação de todo ato administrativo para que possam ser de conhecimento público, visando garantir transparência e segurança das ações. Nas licitações esse princípio prevê que qualquer interessado deve ter acesso às licitações públicas e seu controle, mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todas as fases da licitação. Tal princípio assegura a todos os interessados a possibilidade de fiscalizar a legalidade dos atos.
- **Princípio da Motivação e Eficiência:** cabe salientar que motivação é o simples fato de motivar. A administração pública precisa justificar a prática de seus atos. Tem a ver com o ato administrativo, sua validade, motivo e eficiência, sob pena de anulação do ato. De acordo com este princípio, o administrador precisa informar em que se baseou e o que motivou sua ação. Quanto à eficiência, os atos praticados devem ser eficientes, objetivando a estabilidade das despesas e contas públicas em relação à captação dos recursos visando o uso e aplicação adequados atendendo as necessidades públicas, obtendo benefício maior para a sociedade.
- **Princípio da Razoabilidade e proporcionalidade:** diz-se que a Administração, no uso da discricionariedade, deverá obedecer a critérios estabelecidos na prática de seus atos. O administrador deverá atender a demanda pública dentro do que se considera razoável e sensato. Já a proporcionalidade estabelece que as atribuições administrativas somente se

validarão quando exercidas de maneira proporcional ao que seja realmente necessário para o cumprimento da finalidade social.

- **Princípio da Ampla defesa e o Contraditório:** é o princípio estabelecido constitucionalmente que garante a qualquer pessoa o direito à defesa quando estiver sendo acusada de cometimento de crime ou ato ilícito. A pessoa, no caso o administrador, terá direito de resposta garantido pela lei, antes de sofrer qualquer pena ou sanção, podendo ainda se utilizar de recurso contra decisões que lhe sejam imputadas. O contraditório como se pode perceber é a oportunidade dada em processo para a defesa, contradizer. A partir disso, obedecendo-se o que diz a lei, a decisão final estabelecerá a responsabilidade ou não do agente público.

Um dos mais importantes sem dúvidas, o princípio da Supremacia do interesse público talvez seja de fato o de maior relevância entre os princípios, pois objetiva o atendimento à necessidade social, a proteção do interesse público como objeto principal. Como afirma Meirelles (2014, p. 110):

O princípio do interesse público está intimamente ligado ao da finalidade. A primazia do interesse público sobre o privado é inerente à atuação estatal e domina-a, na medida em que a existência do Estado justifica-se pela busca do interesse geral, ou seja, da coletividade, não do Estado ou aparelhamento do Estado.

- **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:** é importante frisar que, no ato convocatório constam ou devem constar todas as normas e critérios aplicáveis à licitação. É por meio dele que a administração chama os interessados em contratar com ela e apresenta objeto a ser licitado, o procedimento adotado, as condições de realização da licitação, bem como a forma de participação dos interessados. Nele devem constar necessariamente os critérios de aceitabilidade e julgamento das propostas, bem como as formas de execução do futuro contrato. O instrumento convocatório apresenta-se de duas formas: edital e convite. O primeiro é utilizado nas modalidades concorrência, pregão, concurso, tomada de preços e leilão. Já a segunda é utilizada apenas na modalidade convite.

- **Princípio do julgamento objetivo:** é o que estabelece que o administrador precisa seguir os critérios e objetivos acordados no ato convocatório e só assim escolher a melhor proposta. Afasta a possibilidade de serem utilizados fatores subjetivos ou critérios particulares não estabelecidos no ato convocatório, ou mesmo para benefício da administração.
- **Princípio da Isonomia:** basta dizer que significa tratar todos os interessados na licitação de forma igualitária. Trata-se de condição essencial garantidora da competição justa nos processos para licitação. É proibido a utilização de elementos, fatores ou critérios de modo sigiloso, que possa prejudicar ou diminuir a igualdade e livre concorrência entre os participantes. Assim estabelece a Lei n.º 8.666/93, art. 44, §1º que “É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes”. (BRASIL, 1993)

2.2 As fraudes licitatórias e os princípios

Como se pôde observar, existem vários princípios que norteiam os atos administrativos. As fraudes licitatórias ofendem diretamente esses princípios, já que em sua maioria ocorrem por atos ilícitos praticados por administradores. Contudo, em decorrência desses princípios os contratos que envolvem responsabilidade do ente público necessitam adotar a licitação, sob pena de invalidação, por isso devem obedecê-la com rigor sendo um precedente necessário a todos os contratos da administração, visando proporcionar-lhes a proposta mais vantajosa e dar oportunidade a todos de oferecerem seus serviços ou mercadorias aos órgãos estatais, assegurando assim sua licitude. A não obediência aos procedimentos e aos princípios estabelecidos na lei configura crime de fraude, passível de pena conforme estabelece a Lei das Licitações.

Pode-se afirmar que os princípios aplicados às licitações estão diretamente ligados aos princípios do Direito Administrativo, essencialmente normatizados em sua estrutura. Ao selecionar particulares para prestação de

serviços, a administração não pode deixar de observar os princípios aqui tratados, seja por questão de moralidade, seja por questão de legalidade. Os princípios são uma forma de garantir segurança ao processo licitatório e são também uma forma de garantir que o processo ocorra dentro da legalidade, moralidade, atendendo à sua finalidade, o interesse público.

3. Fraudes nas licitações e o Interesse Público

O interesse social descende do princípio da supremacia do interesse público, que foi criado objetivando garantir que a administração pública trabalhe visando os interesses coletivos. Desse modo, os processos de licitações devem obedecer a esse princípio que, por sua importância deve ser um dos principais pontos a serem observados na hora de licitar.

3.1 A supremacia do interesse público

A supremacia do interesse público se baseia no fato de que toda atividade estatal deve ser pautada de acordo com os anseios e necessidades da sociedade, dentro do estabelecido legalmente e constitucionalmente sendo que, os interesses particulares se subordinam à lei e à administração pública.

Este princípio orienta todas as prerrogativas para que a administração possa exercer as funções que lhe são atribuídas. Desse modo é possível prever que, de acordo com esse princípio, fica estabelecido que, caso haja conflito entre os interesses social e particular, deverá prevalecer o social, respeitando-se, entretanto, os direitos e garantias individuais que estão protegidos constitucionalmente. É importante ressaltar a observação de tal princípio na criação e aplicação da lei. De acordo com Di Pietro (2005, p. 68), "todas as normas de direito público têm a função específica de resguardar interesses públicos, mesmo que reflexamente protejam direitos individuais".

A Constituição, em seu art. 5º, XXXVI, diz que, "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada" (BRASIL, 1988), devendo a administração seguir esse preceito. Observa-se então que as ações da administração são reguladas e delimitadas pelos princípios legais, mas, assim

como ocorre em outros princípios, este não é absoluto, já que há também as garantias e direitos individuais.

O Estado pratica seus atos administrativos visando atender a demanda social beneficiando a todos, por isso, até mesmo quando se pratica atos de seu interesse, o objetivo final deverá atender a necessidade pública. Sendo assim, o princípio da supremacia do interesse público prevalecerá sobre os interesses pessoais, já que se trata de um princípio norteador de direitos para qualquer ato praticado no meio administrativo público. Se a administração age desviando-se dos preceitos legais, e o administrador impõe seu conceito particular ou atenda interesses seus ou de terceiros, estará se desviando de suas atribuições e finalidade, podendo configurar a fraude.

3.2 As fraudes licitatórias e a ofensa ao interesse público

O processo licitatório é regido pelo Direito Administrativo, através das disposições legais e dos princípios estabelecidos pelo mesmo, que orientam toda ação praticada pela administração pública através de seus agentes.

A administração, representante do interesse público, deve-se utilizar das licitações quando for realizar a compra de produtos e materiais e contratação de serviços para obras públicas, dentro do que a lei estabelece. Assim afirma Bandeira de Mello (2005, p.56):

Todo o sistema de Direito Administrativo, a nosso ver, se constrói sobre os mencionados princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e indisponibilidade do interesse público pela Administração.

Mas, no âmbito social, irão sempre surgir conflitos entre os interesses público e privado, só que, numa situação assim, haverá de prevalecer o público, já que traz um benefício maior atendendo um número também maior de pessoas. Entende assim Bandeira de Mello (2005, p. 96):

Como expressão desta supremacia, a Administração, por representar o interesse público, tem a possibilidade, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais. Tais atos são imperativos como quaisquer atos do Estado. Demais disso, trazem consigo a decorrente exigibilidade, traduzida na previsão legal de sanções ou providências indiretas

que induzam o administrado a acatá-los. Bastas vezes ensejam, ainda, que a própria Administração possa, por si mesma, executar a pretensão traduzida no ato, sem necessidade de recorrer previamente às vias judiciais para obtê-la. É a chamada autoexecutoriedade dos atos administrativos.

As fraudes licitatórias são, no cenário atual brasileiro, um dos problemas enfrentados pela Administração Pública. Ocorrem fraudes em praticamente todas as fases do processo de licitação, seja em nível municipal, estadual ou federal, o problema está, principalmente na esfera municipal, devido principalmente à ausência ou ineficiência de fiscalização por parte das autoridades e órgãos competentes. Sendo assim, observa-se que os vícios no processo licitatório, contrariam a moral, a ética, a legalidade e segurança dos atos administrativos, ofendendo diretamente o interesse público e as necessidades sócias, já que visam o benefício financeiro de particulares em detrimento do interesse coletivo.

A Lei n.º 9.784, dos processos administrativos, prevê em seu art. 2º, caput "A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência". (BRASIL, 1999)

É possível se observar que o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular não dá ao administrador público o poder de intervir no meio jurídico particular de forma livre ou conforme sua vontade, já que o objetivo principal de seus atos se fundamentam pela lei, amparando-se na premissa da utilidade pública e do bem coletivo. Assim, deduz-se que este princípio estabelece a prevalência do público sobre o privado, visando garantir que os interesses sociais que atinjam a maior parte da população e beneficiem um número maior de pessoas encontre garantia e segurança, preservando a ordem e dando estabilidade aos atos da administração pública.

4. Da Responsabilização

No que se refere às fraudes, qualquer indivíduo pode ser o agente gerador, e com isso é responsabilizado aquele que agir em desconformidade com

a lei e aos princípios da legalidade e moralidade e aos demais princípios do Direito Administrativo.

Pelo fato de as pessoas serem corruptíveis fica cada vez mais fácil ocorrer a fraude, por ser um meio fácil de beneficiamento pessoal, podendo ser praticadas por integrantes comissão de licitação, prefeitos, governadores, presidente do legislativo de todos os âmbitos, funcionários públicos em parceria com empresas ou não.

Os licitantes e servidores públicos são sujeitos ativos desse sistema. Por estarem de forma vinculada ao método. Não se pode deixar de elencar que esse tipo de conduta é considerado crime, como já exposto no artigo 90 da Lei n. 8.666/93, e sujeito a penalidades.

Os sujeitos ativos nesse sistema podem ser punidos pela violação do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) já que os mesmos, nesse caso, desobedecem aos deveres de honestidade, legalidade, imparcialidade e fidelidade às instituições. Dessa forma, dispõe o Art. 12, inciso III:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. (BRASIL, 1992)

Sua consumação acontece no momento em que o agente pratica a conduta tipificada legalmente, fazendo compatibilizar a execução com a consumação num momento único.

Porém, para consumação do crime não é preciso necessariamente gerar prejuízo econômico para Administração Pública, pois é irrelevante que isso ocorra para concretização do crime de fato.

Exige-se apenas a comprovação do dolo por parte do agente, consubstanciado na finalidade de agir com o objetivo de obter, para si ou para outrem, benefícios ou vantagens decorrente da fraude da licitação. Sem a constatação do elemento subjetivo, não se configura crime de fraude.

Considerações finais

Como observado durante esse trabalho, observa-se que as fraudes em licitações além de ferir os princípios estabelecidos em lei, também ferem o interesse público, prejudicando a necessidade social, favorecendo o cometimento de atos ilícitos. Apesar de todas as disposições legais, os crimes nessa esfera existem.

Os princípios aplicados às licitações são reflexos dos princípios do Direito Administrativo, essencialmente normatizado em sua estrutura. Seus princípios são uma forma de garantir segurança ao processo licitatório e são também uma forma de garantir que o processo ocorra dentro da legalidade, moralidade, e atenda à sua finalidade, o interesse público. Nesse sentido é possível se observar que o princípio da supremacia do interesse público não dá ao administrador o poder de intervir no âmbito particular sem justificativa e por livre vontade. Para isso é necessário que haja necessidade visando o bem coletivo e amparo legal para tal ação.

É possível se deduzir que as fraudes nas licitações são frutos de interesses particulares que se sobrepõem aos princípios e ao interesse público, aproveitando-se de falhas nos processo licitatórios, na própria legislação e também na falta ou precariedade da fiscalização pelo órgão ou autoridade competente.

Assim pode se concluir que, toda a atividade da administração deve sempre visar a satisfação dos interesses públicos, a vontade e benefício da coletividade, de modo legal, democrático e de acordo com os objetivos então definidos, que assegurem o bem comum e os direitos e garantias fundamentais sociais. A administração deve cumprir seu dever social, as funções a ela atribuídas visando a legalidade e o bem comum.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993**. Brasília, Senado Federal, 1993.

BRASIL. **Lei n.º 8.429/92, de 2 de junho de 1992**. Brasília, Senado Federal, 1992.

BRASIL. **Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Brasília, Senado Federal, 1999.

CARVALHO, José Carlos Oliveira de. **Por dentro das fraudes**. 2014. Disponível em: <<http://www.oliveiraecarvalho.com/downloads/Fraudes%20-%20Obra%20-%20Por%20Dentro%20das%20Fraudes.pdf>> Acesso em 29 mai 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2005.

GASPARINI, Diógenes. **Crimes na Licitação**. 2 ed. São Paulo. NDJ, 2001.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MENDES, Denise Nogueira Magri. **Fraudes em Licitação**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 26 abr 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47826&seo=1>>. Acesso em: 26 nov 2015.